

Handwritten signature or initials in the top right corner.



ORSIFOR
a preparar o futuro!

Relatório de Gestão

Ano 2016

2.
g

Orsifor – Centro Formação Profissional da Moita, S.A.
NIPC 503 017 728
Capital Social 500.000,00€
CAE 85541 – Formação e Ensino Profissional
Registada na CRC Moita sob o n.º 503017728
Sede: Parque de Empresas dos 4 Marcos - Moita

Índice

1	Introdução	4
2	Enquadramento da Atividade.....	7
i.	Volume de Formação – Cursos Profissionais	9
ii.	Número de alunos/formandos inscritos por eixo de intervenção	9
3	Análise da Atividade e da Posição Financeira.....	10
i.	Principais Indicadores Financeiros da Sociedade	10
ii.	Evolução das vendas e das prestações de serviços	11
iii.	Estrutura de gastos	11
iv.	Resultado líquido e EBITDA	13
v.	Posição financeira (autonomia financeira e endividamento)	13
vi.	Estrutura do balanço	14
4	As nossas pessoas.....	15
5	A nossa gestão	16
i.	Organograma	16
6	Proposta de Aplicação de Resultados.....	16
7	Expetativas Futuras	17
8	Outras Informações	17
9	Considerações finais	18
10	Anexo ao Relatório de Gestão	19
i.	Capital social	19
ii.	Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital, em 31 de Dezembro de 2016	19

1 Introdução

A sociedade sob a firma Orsifor – Centro Formação Profissional da Moita, S.A., iniciou a sua atividade no ano de 1993, já com o objetivo de prestar serviços de formação exclusivamente subordinados ao eixo da formação profissional. A sua criação teve origem num grupo de empresas fortemente ligadas ao sector da construção e que sentiram a necessidade de qualificar de forma contínua, os seus recursos humanos. Dadas as constantes flutuações do sector da construção a Orsifor viu a sua atividade suspensa no ano de 1996.

No ano de 2006 e após serem aferidas as condições e respostas educativas existentes no concelho da Moita, no que concerne à formação de jovens e adultos, a Orsifor apresentou ao Ministério da Educação uma proposta para a criação de uma escola profissional – Escola Técnica Profissional da Moita.

Esta iniciativa foi acolhida com grande sentido de urgência por parte do Ministério da Educação, pois o concelho da Moita tem, de forma estrutural, resultados de insucesso e abandono escolar superiores à média da Área Metropolitana de Lisboa e do país.

Em Agosto de 2006, o Ministério da Educação, através da Direcção Regional de Educação de Lisboa, emitiu a Autorização Prévia de Funcionamento da Escola Técnica Profissional da Moita tornando-se assim a Orsifor a sua entidade instituidora.

Este estatuto proporciona à Orsifor o gozo das prerrogativas de utilidade pública, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20-06-2014 – regime jurídico das escolas profissionais.

O objeto social da Orsifor ficou exclusivamente afeto à prestação de serviços na área da educação e formação.

O primeiro desafio lançado pelo Ministério da Educação à Escola, foi iniciar a sua atividade letiva no próprio ano de 2006, o que se constituiu como uma grande prova à equipa de gestão do projeto, que em cerca de um mês teve a necessidade de garantir e reunir as condições de carácter pedagógico e logístico, fatores indispensáveis ao funcionamento da mesma.

A Escola Profissional

A Escola Técnica Profissional da Moita integra a rede de oferta formativa do Ministério da Educação, tendo iniciado a sua atividade no ano letivo 2006/2007, com três turmas de cursos profissionais de nível secundário de educação, carteira profissional Técnico Nível IV da União Europeia de:

- Animador Sociocultural;
- Secretariado;
- Contabilidade.

No ano letivo 2007/2008, a Escola iniciou mais três turmas:

- Energias Renováveis – variante de sistemas solares;
- Design Interiores/Exteriores;
- Apoio à Infância.

Para o ano letivo 2008/2009, a nossa oferta formativa contemplou os seguintes cursos:

- Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade;
- Gestão;

- Energias Renováveis – variante de sistemas solares;
- Design Interiores/Exteriores.

No ano letivo 2009/2010, a oferta formativa incidiu sobre:

- Apoio à Infância;
- Animador Sociocultural;
- Energias Renováveis – variante de sistemas solares;
- Gestão;
- Restauração – variante restaurante/bar;
- Higiene, Segurança no Trabalho e Ambiente.

No ano letivo 2010/2011, a Escola iniciou 7 novas turmas de cursos profissionais, atingindo a dimensão de 420 alunos no regime diurno, com os seguintes cursos:

- Higiene, Segurança no Trabalho e Ambiente;
- Restauração – variante cozinha/pastelaria;
- Energias Renováveis – variante de sistemas solares;
- Apoio à Infância;
- Contabilidade;
- Recuperação do Património Edificado;
- Organização de Eventos.

No mesmo ano, a Escola Técnica Profissional da Moita diversificou a sua oferta formativa para os adultos, através das Formações Modulares Certificadas e alargou a sua oferta formativa, contemplando crianças dos 6 aos 10 anos de idade, através das Atividades de Enriquecimento Curricular.

No ano letivo 2011/2012, a Escola iniciou 6 novas turmas de cursos profissionais, nas áreas de:

- Restauração – variante cozinha/pastelaria;
- Restauração – variante restaurante/bar;
- Energias Renováveis – variante de sistemas solares;
- Auxiliar de Saúde;
- Secretariado;
- Comunicação – Marketing, Relações Públicas e Publicidade.

No ano letivo 2012/2013, a Escola iniciou 6 novas turmas de cursos profissionais, nas áreas de:

- Restauração – variante cozinha/pastelaria (2 turmas);
- Restauração – variante restaurante/bar;
- Energias Renováveis – variante de sistemas solares;
- Recuperação do Património Edificado;
- Animador Sociocultural.

No ano letivo 2013/2014, a Escola iniciou 5 novas turmas de cursos profissionais, nas áreas de:

- Restauração – variante cozinha/pastelaria;
- Restauração – variante restaurante/bar;
- Energias Renováveis – variante de sistemas solares;
- Organização de Eventos;
- Produção Agrária.

No ano letivo 2014/2015, a Escola iniciou 5 novas turmas de cursos profissionais, nas áreas de:

- Restauração – variante cozinha/pastelaria;
- Restauração – variante restaurante/bar;
- Energias Renováveis – variante de sistemas solares;
- Produção Agrária;
- Auxiliar de Saúde.

No ano letivo 2015/2016, a Escola iniciou 6 turmas de cursos profissionais, com as seguintes saídas profissionais:

- Técnico de Cozinha/Pastelaria (2 turmas);
- Técnico de Restaurante/Bar;
- Energias Renováveis – variante de sistemas solares (agregada com Produção Agropecuária);
- Técnico de Produção Agropecuária;
- Técnico Auxiliar de Saúde;
- Técnico de Organização de Eventos (em parceria com a ESBB).

Foi ainda autorizada a abertura de uma turma do curso vocacional de nível Secundário de Técnico de Soldadura.

Quanto ao ano letivo 2016/2017, a Escola iniciou as seguintes turmas de cursos profissionais:

- Técnico de Cozinha/Pastelaria (2 turmas);
- Técnico de Restaurante/Bar;
- Técnico de Produção Agropecuária;
- Técnico Auxiliar de Saúde;
- Técnico de Apoio à Infância;

Foi também autorizada a abertura de mais uma turma do curso vocacional de nível Secundário de Técnico de Soldadura.

Atualmente a Escola tem 19 turmas de cursos profissionais/vocacionais de nível secundário, em regime diurno, contabilizando cerca de 480 alunos. Trata-se do maior número de turmas financiadas para o eixo jovens, que tivemos nestes 10 anos de atividade da Escola Profissional.

2 Enquadramento da Atividade

O esforço estrutural a que o nosso país esteve sujeito, desde 2011, assim como outros países do sul da Europa, não foi vivido de forma indiferente nas Escolas. De resto, as Escolas profissionais, exclusivamente financiadas através do Orçamento de Estado, como é o nosso caso, ou através de fundos estruturais da União Europeia, tiveram num curto espaço de tempo de se ajustar, durante o período de intervenção externa, o que significou uma redução dos seus orçamentos e num menor de turmas financiadas em cada ciclo formativo.

A nossa Escola teve, no ciclo formativo 2011/2014, duas turmas de cursos profissionais em regime de autofinanciamento, suportando a Escola os seus custos de funcionamento, o que se traduziu num défice acima dos 480 mil euros em três anos. Estas turmas só terminaram as suas aulas em Julho/2014, portanto só desde esse momento é que a estrutura de gastos ficou mais equilibrada em relação aos seus rendimentos.

No ano letivo 2014/2015, apesar das limitações na constituição e financiamento das turmas de cursos profissionais, foi-nos concedida a abertura de mais uma turma em relação ao número de turmas que terminaram.

No ano letivo 2015/2016, foi novamente possível constituir mais duas turmas, ficando a Escola com 17 turmas em funcionamento, conseguindo estar mais próximo do nível de funcionamento do ano letivo 2010/2011, ano letivo que iniciamos 7 turmas de cursos profissionais. Pela observação do gráfico i. Volume de Formação – Cursos Profissionais, já se observa a variação positiva do número de horas de formação ministradas neste ano letivo, por consequência do aumento do número de turmas.

Já no ano letivo 2016/2017, a Escola aumentou novamente o número de turmas de ensino profissional e vocacional, tendo registado o maior número de turmas desde a sua criação, com 19 turmas financiadas e 487 alunos.

Este ajustamento nas outras atividades do eixo de adultos – Centro para a Qualificação e Ensino Profissional e Formações Modulares Certificadas, permitiu concentrar a nossa atenção no ensino profissional, pelo que estabelecemos um plano de melhoria dos nossos processos internos e metodologias de trabalho.

Assim, demos início a uma oficina de formação do nosso corpo docente, com a Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa, com o tema: (Re)Aprender a Ensinar e Avaliar nos Cursos Profissionais: o saber em ação. Esta oficina teve a duração de 50 horas de formação e só terminou em Julho/2016.

Em Julho/2016, contámos com a visita do Sr. Ministro da Educação, Dr. Tiago Brandão Rodrigues, tendo sido reconhecido publicamente o trabalho desenvolvido nestes 10 anos de atividade da Escola.

Nesse mês, teve início o projeto do CLDS3G – Moita “*Intervir para Incluir*”, em parceria com a RUMO - Cooperativa de Solidariedade Social, CRL, onde somos a entidade promotora do Eixo 1 – Qualificação, com financiamento através do FSE - Portugal 2020.

J.P.

Em Agosto/2016, a Universidade Católica Portuguesa entendeu distinguir-nos com a atribuição do selo de Excelência da qualidade do ensino – Escola Associada da UCP, tendo sido a primeira Escola Profissional a obter esta distinção.

Os dez primeiros anos da Escola foram, sem dúvida, uma aprendizagem. Nem foi sempre, nem será nunca, fácil, mas servirá para crescermos primeiramente enquanto pessoas, depois como equipa, sempre a pensar no desenvolvimento do outro – do(s) nosso(s) aluno(s).

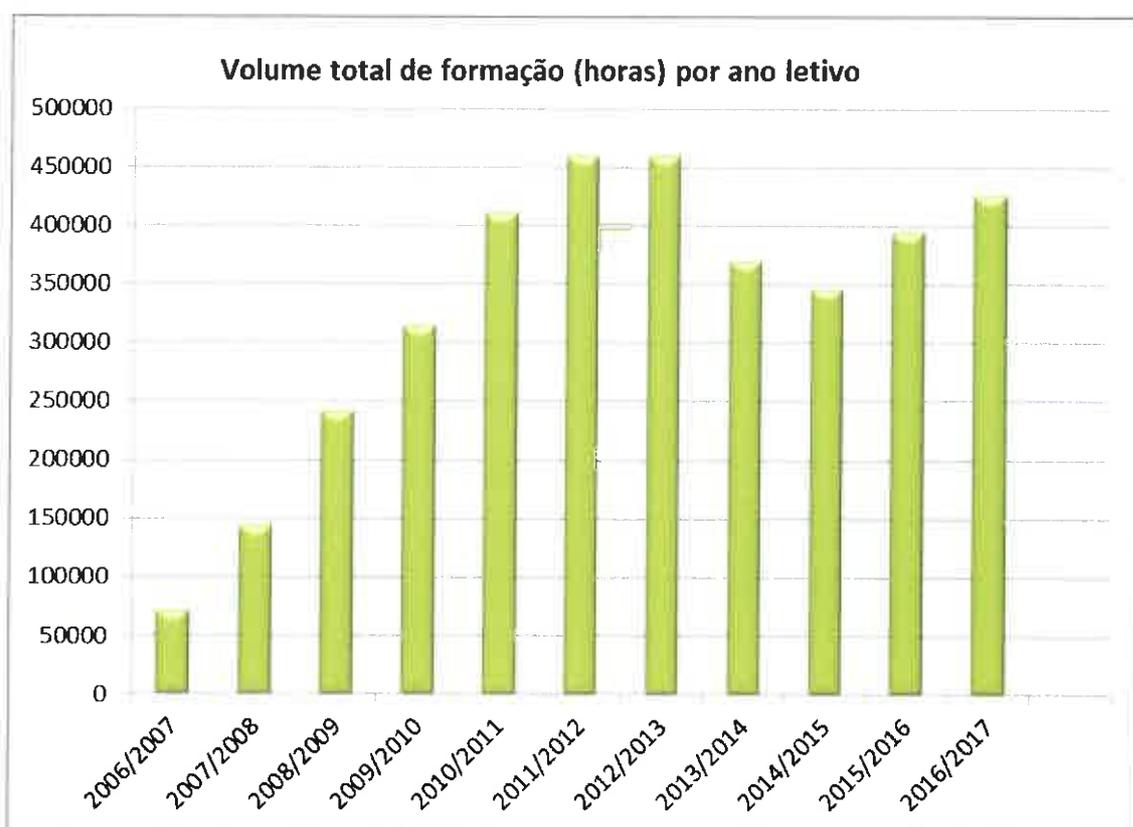
É para isso que trabalhamos diariamente, numa procura em fazer sempre mais, mas acima de tudo, cada vez melhor!

Em Março/2017, tivemos mais uma vez, o reconhecimento público do nosso trabalho diário, tendo recebido a visita de Sua Excelência o Sr. Presidente da República, Prof. Dr. Marcelo Rebelo de Sousa ao nosso campus Escolar.



Em função do número de formandos/alunos/adultos envolvidos, por cada uma das modalidades de educação/formação desenvolvidas, apresenta-se uma breve evolução do número de formandos, os indicadores volume de formação e horas de monitorização, ao longo dos vários períodos letivos.

i. Volume de Formação – Cursos Profissionais



ii. Número de alunos/formandos inscritos por eixo de intervenção

N.º inscritos por modalidade de formação	Cursos Profissionais e Vocacionais	Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional	Atividades de Enriquecimento Curricular	Formações Modulares Certificadas	Total
2014/2015	355	476	707	340	1402
2015/2016	426	611	707	-	1744
2016/2017	487	597	681	-	1765

Apesar da atividade desenvolvida no eixo adultos, com a promoção do Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional, não se verificou no decurso deste exercício económico, nem no exercício subsequente, a abertura das candidaturas e seu financiamento pelo Fundo Social Europeu, através do POR-LVT, para os CQEP na nossa

região. Desta forma, solicitamos em Outubro/2017, a extinção deste centro por não existirem condições de suporte financeiro à sua atividade.

3 Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2016 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa.

i. Principais Indicadores Financeiros da Sociedade

A informação financeira consolidada incluída no presente relatório foi extraída das Demonstrações Financeiras, preparadas de acordo com as normas em vigor.

	2016	2015	Var. %
Pessoal			
Efectivos Médios no Activo	46	38	21,1
Gastos c/ Pessoal (mil Euros)	(803)	(704)	14,1
Gastos c/ Pessoal p. capita (mil Euros)	(17)	(19)	-5,7
VAB p. capita (mil Euros)	(19)	(20)	-4,8
Desempenho Económico			
Volume de Negócios (mil Euros)	1 786	1 690	5,7
Gastos Operacionais (mil Euros)	(1 772)	(1 780)	-0,4
Cash Flow Operacional (EBITDA)	286	229	24,8
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)	170	116	47,1
Resultado Líquido (mil Euros)	41	21	91,2
Balanço			
Activo Total (mil Euros)	5 922	5 505	7,6
Capitais Próprios (mil Euros)	1 510	1 469	2,8
Capitais Alheios (mil Euros)	4 411	4 035	9,3
Indicadores			
Margem EBITDA (%)	15,99	13,53	18,1
Margem sobre Vendas (%)	106,94	106,93	0,0
ROI - Return on Investment (%)	0,03	0,02	36,8
ROE - Return on Equity (%)	0,03	0,01	86,1

O volume de negócios registou um crescimento de 5,7%, para cerca de 1 milhão e 786 mil euros. Em 2016 consolidou-se os rendimentos provenientes do ensino profissional e devido ao crescimento do número de alunos/turmas já colmatou a diferença com o término de formação financiada no eixo adultos, tais como as formações modulares certificadas.

Quanto ao resultado operacional (EBIT) foi de **170.366,45€** contra os **115.795,16€** no ano anterior.

No que respeita ao resultado líquido em 2016, o valor apurado é de **40.818,67€** contabilizando os gastos com depreciações, no montante de **115.170,69€** e **124.914,62€** de juros e gastos financeiros.

O cash flow operacional (EBITDA) totaliza 285 mil euros em 2016, registando uma variação positiva de 24,8%. A margem EBITDA situa-se nos 15,99% em 2016, correspondendo a um acréscimo de 18,1p.p..

ii. Evolução das vendas e das prestações de serviços

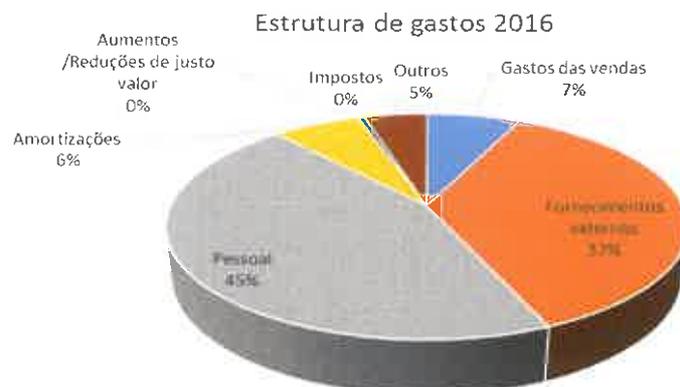
A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura de rendimentos são apresentadas nos gráficos seguintes.



iii. Estrutura de gastos

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, verifica-se um incremento, na ordem dos 0,2%. Apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

[Handwritten signature]



A evolução dos gastos operacionais discrimina-se conforme se segue:

Detalhe de gastos	2016	2015	Var. %
Gastos das vendas	(123 914)	(117 113)	5,8
Fornecimentos externos	(653 794)	(682 867)	-4,3
Pessoal	(803 173)	(703 811)	14,1
Depreciações	(115 171)	(112 910)	2,0
Aumentos /Reduções de justo valor	(265)	(1 072)	-75,3
Impostos	(8 115)	(8 881)	-8,6
Outros	(67 676)	(152 888)	-55,7

Os resultados operacionais registaram uma variação positiva de 47,1%, para os 170.366 euros, enquanto os resultados financeiros, que representam na sua maioria, os gastos com a necessidade de financiamento da atividade da sociedade sofreram uma variação de 45%.

Resultados	2016	2015	Var. %
Operacionais	170 366	115 795	47,1
Financeiros	(124 273)	(85 689)	45,0

No que respeita ao financiamento dos cursos profissionais, assegurados através do Orçamento Geral do Estado, o pagamento ocorre no final de cada trimestre a que reporta o

9

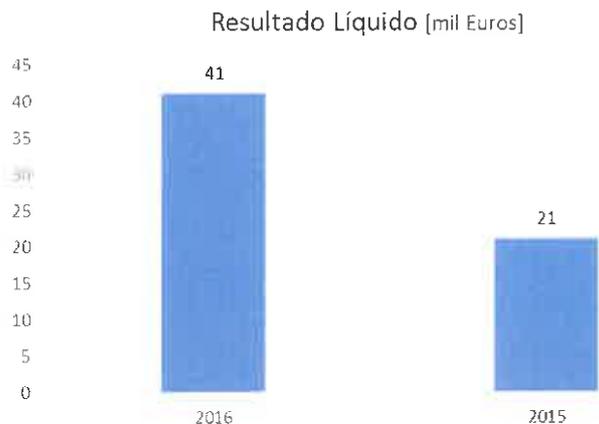
serviço, sendo necessário garantir liquidez com recurso a crédito de curto prazo (nomeadamente através de Factoring).

iv. Resultado líquido e EBITDA

Em 2016, o cash flow operacional (EBITDA) regista uma variação positiva de 24,85%, totalizando 286 mil euros em 2016, contra 229 mil euros no ano anterior.



Também a margem EBITDA sofreu uma variação positiva de 18,1%.



Quanto ao resultado líquido apurado em 2016 é de 40.818,67€, enquanto no exercício anterior fora de 21.345,74€, correspondendo a uma variação positiva de 91,2%.

v. Posição financeira (autonomia financeira e endividamento)

Situação Financeira

A situação financeira da sociedade evoluiu da forma seguinte:

	2016	2015	Var. %
Solvabilidade			
Capital Próprio / Passivo	34,23	36,41	-6,0
Endividamento			
Passivo / Capital Próprio	292,11	274,63	6,4

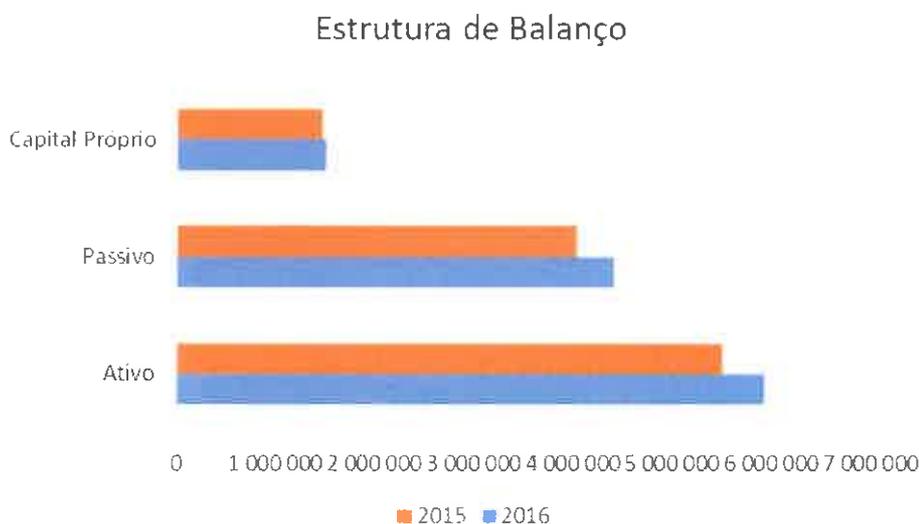
Autonomia Financeira

Capital Próprio / Activo	25,50	26,69	-4,5
--------------------------	-------	-------	------

Verifica-se que o rácio de solvabilidade sofreu um decréscimo de 6 p.p. e o rácio de endividamento sofreu um aumento de 6,4 pontos percentuais. A autonomia financeira sofreu um decréscimo de 4,5 p.p.

vi. Estrutura do balanço

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:



Balanço	2016	2015	Var. %
Ativo	5 921 560	5 504 649	7,6
Passivo	4 411 368	4 035 276	9,3
Capital Próprio	1 510 192	1 469 373	2,8

Em 2016 verifica-se uma evolução positiva do Ativo em 7,6% e do Capital Próprio em 2,8%, por consequência da atividade desenvolvida. Naturalmente que um crescimento da atividade também é acompanhado por evolução do passivo, pois existe a necessidade de afetar mais recursos para o desenvolvimento da mesma, registando-se um acréscimo de 9,3%.

A.
g

4 As nossas pessoas

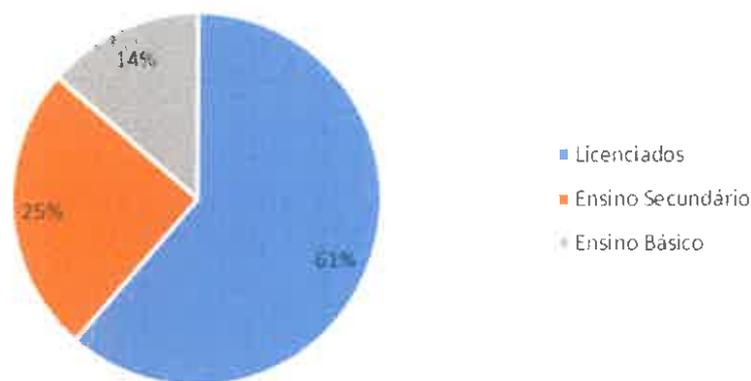
Na Orsifor, o nosso maior recurso são as pessoas.

Em 2016, 70% dos nossos colaboradores têm o ensino superior pelo que é também a rubrica com maior peso no nosso orçamento e contas anuais.

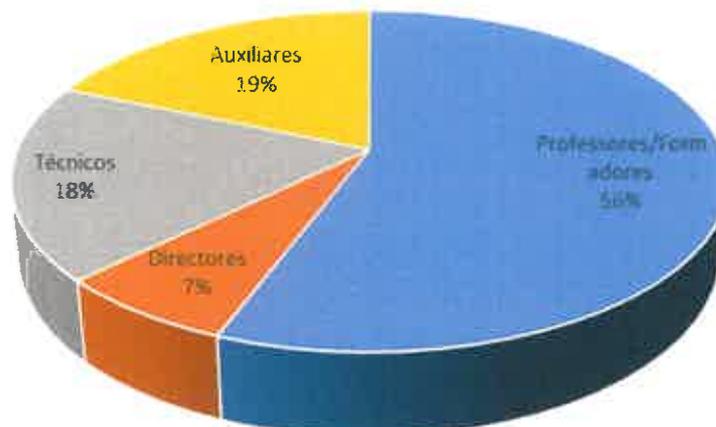
Com uma média etária de 40,7 anos, tivemos em média 46 colaboradores ao serviço, demonstrando criatividade, resiliência, vontade de inovar e desejo de aprender.

Salienta-se que destes colaboradores, 6 não têm vínculo direto com a Orsifor, S.A., no entanto, estiveram a desempenhar funções neste exercício, estando reconhecidos esses gastos por cedência de pessoal. Também neste exercício foram reconhecidas as despesas com o encerramento do Centro Novas Oportunidades e o conseqüente fecho de contrato de 3 ex-colaboradores.

Distribuição dos colaboradores por habilitações

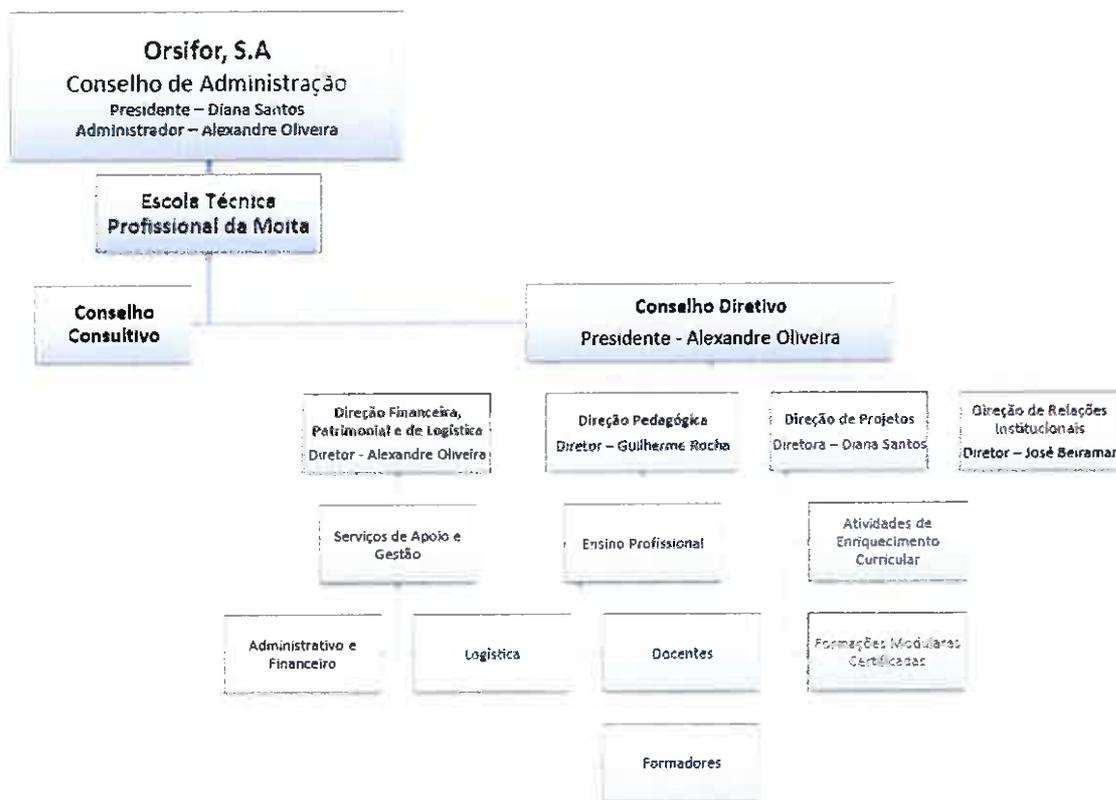


Distribuição de colaboradores por função



5 A nossa gestão

i. Organograma



6 Proposta de Aplicação de Resultados

A Orsifor – Centro Formação Profissional da Moita, S.A., no período económico findo em 31 de Dezembro de 2016 realizou um resultado líquido de 40.818,67€.

Importa salientar que parte deste montante não é resultado líquido distribuível, uma vez que o efeito causado pela aplicação do MEP é de 38.051,29€. Assim, foi proposto efetuar uma reserva legal de 5% sobre o resultado líquido do período.

A proposta de aplicação de resultados é a seguinte:

<i>Aplicação dos resultados</i>	<i>Reservas Legais</i>	<i>Resultados Transitados</i>
2016	2.040,94€	40.818,67€

Tendo por base os valores dos resultados do exercício:

Resultado Líquido Período	40.818,67€
Anulação efeito MEP	38.051,29€
Resultado Líquido Distribuível	2.767,38€
Resultado Líquido Não Distribuível	38.051,29€

Transferência para uma conta de Resultados Transitados distribuíveis	2.767,38€
Transferência para uma conta de Resultados Transitados não distribuíveis	38.051,29€
Reserva Legal (40.818,67*5%)	2.040,94€

7 Expetativas Futuras

No ano letivo 2016/2017 verificou-se que os critérios de atribuição de turmas foram com base no ano letivo anterior, o que correspondeu a um novo aumento no número de turmas e de alunos.

Para o ano letivo 2017/2018, e fruto da necessidade do aumento do número de alunos a frequentar o ensino profissional para 55% (meta contratualizada com a UE 2020), foi autorizada a abertura de mais duas turmas de ensino profissional, o que corresponde a um novo crescimento da nossa escola, atingido um máximo de 21 turmas em funcionamento.

No que concerne as Formações Modulares Certificadas, foi já apresentada candidatura ao financiamento através do POR-LVT – Portugal 2020, pelo que existe a expetativa da sua aprovação, permitindo um incremento do volume de negócios da sociedade.

Em 2017 foi também apresentada uma candidatura a apetrechamento de equipamentos para cursos profissionais, que a ser aprovada, permitirá o reembolso, de 50% de despesas já realizadas com aquisições de ativos fixos tangíveis desde 2014.

8 Outras Informações

A Orsifor, S.A. não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a firma não é detentora de ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2016.

As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Em relação à situação contributiva da empresa, devido a este *downsizing* de atividade que se iniciou em 2013, foram estabelecidos acordos prestacionais com a administração tributária e segurança social para liquidação dos valores em dívida, sem sobrecarregar demasiado a tesouraria da empresa. Assim, a situação contributiva encontrava-se regularizada em 31 de Dezembro de 2016.

9 Considerações finais

A Orsifor, S.A. gostaria de expressar a sua gratidão aos fornecedores, instituições financeiras e outros parceiros de atividade, a DGEsTE e à ANQEP pelo seu envolvimento contínuo e pela confiança, mais uma vez demonstrada na nossa organização.

Gostaríamos ainda de agradecer a todas as estruturas dirigentes da Escola Técnica Profissional da Moita pelo trabalho desenvolvido no ano 2016, aproveitando ainda para agradecer todo o envolvimento e acompanhamento prestado pela Revisora Oficial de Contas e Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Pontes, Batista e Associados, SROC.

Finalmente gostaríamos de expressar gratidão a todos colaboradores que constituem o recurso mais valioso da nossa instituição e, que uma vez mais, demonstraram uma notável resiliência, flexibilidade e espírito inovador e cujos esforços se encontram claramente na base do sucesso e dos resultados alcançados durante o ano.

Apresenta-se, de seguida, as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Alterações dos Capitais Próprios, a Demonstração por Fluxo de Caixas e o Anexo.

Moita, 17 de Janeiro de 2018

O Conselho de Administração,

Two handwritten signatures in blue ink. The first signature is on the left and the second is on the right, both appearing to be in cursive script.

10 Anexo ao Relatório de Gestão

i. Capital social

Em 31 de Dezembro de 2016 o capital da Orsifor, totalmente subscrito e realizado, era composto por 50 milhões de ações com o valor nominal de 0,01€ cada.

	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Live Moments, Lda	230 144,23	46,0%	230 144,23	46,0%
Topchoice, Lda	178 919,64	35,8%	178 919,64	35,8%
Sílvia Canastra Simões dos Santos	47 433,88	9,5%	47 433,88	9,5%
Diana Sofia Canastra Simões dos Santos	31 246,90	6,25%	30 859,93	6,2%
Alexandre José Soares Oliveira	3148,93	0,63%	3148,93	0,63%
Guilherme Magalhães Rocha	2883,61	0,58%	2883,61	0,58%
Outros Colaboradores	1234,81	0,24%	1621,78	0,32%
Outros Acionistas coletivos	4 988,00	1,0%	4 988,00	1,0%
	500 000,00	100,0%	500 000,00	100,0%

ii. Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital, em 31 de Dezembro de 2016

- Live Moments, Lda., com 46% do capital social.
- Topchoice, Lda., com 35,8% do capital social.

O Conselho de Administração,



9



ORSIFOR

a preparar o futuro!

Orsifor – Centro Formação Profissional da Moita, S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercício 2016

Índice

I – Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2016	5
Demonstração individual dos resultados por naturezas	6
Demonstração (individual/consolidada) de Fluxos de Caixa	7
Demonstração individual das alterações no capital próprio nos períodos 2015 e 2016	8
1. Nota Introdutória	9
2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	9
3. Principais políticas contabilísticas	9
3.1 BASES DE APRESENTAÇÃO	9
3.2 POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO	10
3.3 JUÍZOS DE VALOR	16
3.3 ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO	16
3.4 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS	16
4. Ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações	17
5. Ativos intangíveis	17
6. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	18
7. Outros Investimentos Financeiros – Participações financeiras (outros métodos)	18
8. Créditos a receber e outros créditos a receber	19
9. Outros Investimentos Financeiros	19
10. Ativos e passivos por impostos diferidos	19
11. Custos das vendas/Movimentos em inventários	20
12. Clientes	20
13. Outros créditos a receber - Adiantamentos a fornecedores	20
14. Estado e outros entes públicos	21
15. Outros créditos a receber	21
16. Acréscimos e Diferimentos	21
17. Ativos financeiros detidos para negociação	22
18. Caixa e depósitos bancários	23
19. Capital realizado	23
20. Reserva legal	23
21. Resultados transitados	23

g

22. Outras variações no capital próprio, ajustamentos de transição.....	23
23. Excedente de revalorização.....	24
24. Financiamentos obtidos	24
25. Outras contas a pagar.....	24
26. Provisões.....	25
27.Fornecedores.....	25
28.Locações	25
29.Adiantamentos de clientes.....	25
30.Vendas e prestações de serviços.....	26
31.Segmentos de mercado.....	26
32.Subsídios à exploração	27
33.Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	27
34.Fornecimentos e serviços externos.....	27
35.Gastos com o pessoal	27
36.Remuneração dos órgãos sociais.....	28
37.Aumento /redução de justo valor	28
38.Outros rendimentos e ganhos.....	29
39.Outros gastos e perdas.....	29
40. Resultados financeiros.....	29
41.Partes relacionadas	29
42.Imposto sobre o rendimento e resultado líquido do período.....	31
43. Divulgação das demonstrações financeiras.....	33
44. Outras informações	33

II – Certificação Legal das Contas e Parecer do Fiscal Único

- Certificação Legal das Contas
- Parecer do Fiscal Único

Handwritten signature or initials in blue ink.

I – Demonstrações Financeiras

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

Orsifor, SA

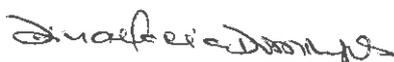
Balço individual em 31 de Dezembro de 2016

Contribuinte: 503017728

Moeda: EUR

	Notas	2016	2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	1 864 104,28	1 816 009,49
Activos intangíveis	5	20 400,00	21 899,95
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	6	625 414,51	600 451,68
Outros Investimentos Financeiros	7, 9	16 125,00	29 036,58
Créditos a receber	8	1 250 000,00	1 250 000,00
Activos por impostos diferidos	10	3 130,00	3 130,00
		3 779 173,79	3 720 527,70
Activo corrente			
Inventários	11	3 450,02	3 570,46
Clientes	12	15 301,86	12 332,22
Estado e outros entes públicos	14	6 873,70	9 687,63
Outros créditos a receber	8, 13, 15	1 995 707,94	1 649 721,73
Diferimentos	16	25 515,46	16 531,61
Activos financeiros detidos para negociação	17	63 897,01	47 017,52
Caixa e depósitos bancários	18	49 772,60	45 260,16
		2 160 518,59	1 784 121,33
Total do activo		5 939 692,38	5 504 649,03
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	19	500 000,00	500 000,00
Reservas legais	20	5 145,01	4 077,72
Resultados transitados	21	230 807,51	195 753,13
Excedentes de revalorização	23	727 266,87	742 042,80
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	22	6 153,86	6 153,86
		1 469 373,25	1 448 027,51
Resultado líquido do período	42	40 818,67	21 345,74
Total do capital próprio		1 510 191,92	1 469 373,25
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	24; 28	350 829,78	292 141,40
Passivos por impostos diferidos	10	211 142,00	215 431,78
		561 971,78	507 573,18
Passivo corrente			
Fornecedores	27	276 716,81	143 447,36
Adiantamentos de clientes	29	1 209,09	655,74
Estado e outros entes públicos	14	472 880,28	415 672,20
Financiamentos obtidos	24; 28	1 656 360,96	1 627 722,24
Outras dívidas a pagar	25	640 648,72	643 860,14
Diferimentos	16	819 712,82	696 344,92
		3 867 528,68	3 527 702,60
Total do passivo		4 429 500,46	4 035 275,78
Total do capital próprio e do passivo		5 939 692,38	5 504 649,03

A Contabilista Certificada:



O Conselho de Administração:



Orsifor, SA

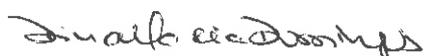
Demonstração individual dos resultados por naturezas

Contribuinte: 503017728

Período findo em 31 de Dezembro de 2016

	Notas	2016	2015
Rendimentos e Gastos			
Vendas e serviços prestados	30, 31	1 785 821,91	1 689 775,25
Subsídios à exploração	32	8 918,73	37 780,86
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	33	38 051,29	51 368,50
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(123 914,45)	(117 112,94)
Fornecimentos e serviços externos	34	(653 793,82)	(682 867,18)
Gastos com o pessoal	35, 36	(803 173,24)	(703 811,44)
Provisões (aumentos/reduções)	26		3 409,39
Aumentos/reduções de justo valor	37	(264,65)	(1 072,31)
Outros rendimentos	38	109 683,05	113 004,91
Outros gastos	39	(81 815,15)	(161 769,72)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		279 513,67	228 705,32
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4; 5	(115 170,69)	(112 910,16)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		164 342,98	115 795,16
Juros e rendimentos similares obtidos	40		58,57
Juros e gastos similares suportados	40	(118 250,52)	(85 747,75)
Resultado antes de impostos		46 092,46	30 105,98
Imposto sobre o rendimento do período	42	(5 273,79)	(8 760,24)
Resultado líquido do período		40 818,67	21 345,74

A Contabilista Certificada:



O Conselho de Administração:

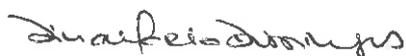


Orsifor, SA

Demonstração (individual/consolidada) de Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	UNIDADE MONETÁRIA (Euros)	
		PERÍODOS 2016	2015
PERÍODO FINDO EM 31 DE Dezembro DE 2016			
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes		1 768 299,59	1 578 668,84
Pagamentos a fornecedores		(800 347,67)	(976 806,60)
Pagamentos ao pessoal		(468 215,23)	(405 494,15)
Caixa gerada pelas operações		499 736,69	196 368,09
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(1 802,41)	*
Outros recebimentos/pagamentos		(134 186,73)	(124 121,98)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		363 747,55	72 246,11
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(59 198,37)	(45 784,02)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		4 246,93	*
Juros e rendimentos similares		3 111,89	4 568,47
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(51 839,55)	(41 215,55)
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		4 650 822,84	3 309 515,50
Outras operações de financiamento		655 749,27	835 364,78
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(4 495 453,54)	(3 280 856,58)
Juros e gastos similares		(94 945,70)	(116 684,65)
Outras operações de financiamento		(1 006 688,94)	(804 871,00)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(290 516,07)	(57 531,95)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		21 391,93	(26 501,39)
Caixa e seus equivalentes no início do período	19	92 277,68	118 779,07
Caixa e seus equivalentes no fim do período	19	113 669,61	92 277,68

A Contabilista Certificada:



O Conselho de Administração:

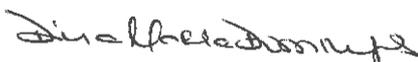


Orsifor SA

Demonstração individual das alterações no capital próprio nos períodos 2015 e 2016

DESCRIÇÃO	Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO 2015	500 000	-	3 217	(358 997)	-	650 022	562 695	1 356 937
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Realização do excedente de revalorização de AFT e intangíveis						59 268		59 268
Excedentes de revalorização de AFT e intangíveis						62 788		62 788
Ajustamentos por impostos diferidos						(30 035)		(30 035)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			861	554 750	6 154	-	562 695	931
	-	-	861	554 750	6 154	92 021	(562 695)	91 090
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							21 346	21 346
RESULTADO EXTENSIVO	-	-	861	554 750	6 154	92 021	(541 349)	112 436
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital								
Outras operações								
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2015	500 000	-	4 078	195 753	6 154	742 041	21 346	1 469 373
POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO 2016	500 000	-	4 078	195 753	6 154	742 041	21 346	1 469 373
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Realização do excedente de revalorização de AFT e intangíveis						(19 066)		(19 066)
Excedente de revalorização de AFT e intangíveis				14 776		4 290		19 066
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			1 067	20 278			(21 346)	-
	-	-	1 067	35 054	-	(14 776)	(21 346)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							40 819	40 819
RESULTADO EXTENSIVO	-	-	1 067	35 054	-	(14 776)	19 473	40 819
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital								
Outras operações								
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	500 000	-	5 145	230 808	6 154	727 267	40 819	1 510 192

A Contabilista Certificada:



O Conselho de Administração:





Orsifor, SA
Anexo às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016
(Valores expressos em euros)

1. Nota Introdutória

A empresa Orsifor – Centro Formação Profissional da Moita, S.A., com o NIPC 503017728, foi constituída em 03-06-1993, tem a sua sede no Parque de Empresas dos 4 Marcos, Estrada dos 4 Marcos, 2860-402 Moita.

A firma tem como atividade principal o ensino e a formação profissional.

Em 2006, a Orsifor propôs ao Ministério da Educação constituir-se como entidade proprietária de uma Escola Profissional, o que veio a acontecer com a autorização de funcionamento concedida em Agosto de 2006 e início em funcionamento da Escola Técnica Profissional da Moita, em Setembro desse mesmo ano.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto, bem como pelas alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 98/2015 de 2 de junho.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) em vigor, na presente data.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1 Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3.1.2 Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de Acréscimos e diferimentos (Nota 16).

3.1.3 Consistência da apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4 Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5 Informação comparativa

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente. A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2 POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, com a exceção dos imóveis, encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” da demonstração de resultados.

Os imóveis e terrenos encontram-se registados com base no método da revalorização. As depreciações são calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as vidas úteis estimadas:

Edifícios e outras construções	-	20 a 45 anos
Equipamento básico	-	4 e 10 anos
Equipamento de transporte	-	4 e 5 anos
Equipamento administrativo	-	3 e 11 anos
Outros ativos fixos tangíveis	-	8 anos

3.2.2 Ativos intangíveis

Durante o ano 2016 não se verificaram aquisições de ativos fixos intangíveis.

3.2.3 Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

3.2.4 Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

3.2.5 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

3.2.6 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas existe uma influência significativa e a empresa detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das participadas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial'.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos e passivos de cada associada (incluindo os passivos contingentes) são identificados ao seu justo valor na data de aquisição.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como diferença positiva (Goodwill), sendo adicionada ao valor de balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro e, no caso de diferença de consolidação negativa (Badwill), após reconfirmação do processo de valorização do justo valor e caso este se mantenha, na demonstração dos resultados do exercício.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a associada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

3.2.7 Imposto sobre o rendimento

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17,0% sobre a matéria coletável até 15.000 euros, aplicando-se a taxa de 21% para a restante matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença entre resultado contabilístico e fiscal pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da empresa dos anos 2012 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.8 Inventários

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

3.2.9 Clientes e outros devedores

As contas de clientes e outros devedores não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade reconhecidas nas rubricas de 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.2.10 Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são investimentos financeiros classificados como ativos não correntes.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no capital próprio, na rubrica Reserva de justo valor até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fielmente mensurado são denominados “Outros investimentos” e encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

3.2.11 Ativos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes ativos são classificados como ativos não correntes, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica Reserva de justo valor até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas resultantes da alteração de justo valor dos instrumentos financeiros mensurados a justo valor através de resultados são registados na demonstração de resultados nas rubricas de resultados financeiros. Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado, através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

3.2.12 Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades de três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica Financiamentos obtidos no passivo corrente.

3.2.13 Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.2.14 Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.2.15 Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.2.16 Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.2.17 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

3.2.18 Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da consideração recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. Salienta-se que a maior parte do nosso rédito anual provém do financiamento público dos cursos profissionais e vocacionais, sendo outorgados contratos-programa plurianuais com o Ministério da Educação, abrangendo a totalidade de cada ciclo formativo (3 anos letivos de duração).

O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Se um credor estiver sujeito a imparidade, a Empresa reduz o montante ao seu valor recuperável, (cash-flow futuro estimado, descontado à taxa efetiva original do instrumento) e contabiliza o desconto como ganho financeiro.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica Outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

3.2.19 Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica Proveitos diferidos e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às amortizações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.20 Ativos e Passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor recuperável, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade);
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);
- Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas;
- Ativos e passivos financeiros detidos para negociação; e
- Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos;
- Outros passivos financeiros;
- Contratos para contrair empréstimos.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A firma desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. A firma desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.21 CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.2.22 TRANSAÇÕES E MOEDA FUNCIONAL

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

3.2.23 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos emprego classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações deve ser relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

b) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

3.3 JUÍZOS DE VALOR

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.4 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. Ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações foi o seguinte:

	Terrenos	Edifícios	Equipamento				Total
			Básico	Transporte	Administrativo	Outros	
Quantia escriturada bruta inicial	282 495,00	1 439 965,16	375 101,17	95 971,00	183 516,97	189 223,56	2 566 272,86
Da qual quantia despendida "Em Curso"	0,00	2 733,98	0,00	0,00	0,00	0,00	2 733,98
Depreciações acumuladas iniciais	0,00	(86 231,17)	(298 903,71)	(82 956,81)	(166 743,69)	(118 161,97)	(752 997,35)
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia escriturada líquida inicial	282 495,00	1 356 467,97	76 197,46	13 014,19	16 773,28	71 061,59	1 816 009,49
Adições							
Dispêndios em curso	0,00	43 617,99	0,00	0,00	0,00	0,00	43 617,99
Aquisições	0,00	0,00	37 583,63	57 810,00	952,85	21 801,01	118 147,49
Outras	0,00	0,00	0,00	25 000,00	0,00	0,00	25 000,00
Total das adições	0,00	43 617,99	37 583,63	82 810,00	952,85	21 801,01	186 765,48
Diminuições							
Depreciações	0,00	(38 611,30)	(35 300,66)	(14 905,89)	(6 018,44)	(18 834,40)	(113 670,69)
Abates	0,00	0,00	0,00	(25 000,00)	0,00	0,00	(25 000,00)
Total das diminuições	0,00	(38 611,30)	(35 300,66)	(39 905,89)	(6 018,44)	(18 834,40)	(138 670,69)
Quantia escriturada líquida final	282 495,00	1 361 474,66	78 480,43	55 918,30	11 707,69	74 028,20	1 864 104,28

Salienta-se que desde 2010, a Fração E serve de garantia à conta corrente GAT CGD, bem como o financiamento do PME e do MLP, ambos contratados em agosto de 2013, também na CGD.

No que concerne a Fração F, esta serve de garantia aos planos prestacionais acordados com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

A rubrica das depreciações tem a seguinte decomposição de saldos, consoante quadro infra:

	2016			2015		
	Gastos	Reversão	Total	Gastos	Reversão	Total
Activos Fixos Tangíveis						
Edifícios e Outras Construções	38 611,30	0,00	38 611,30	37 971,94	0,00	37 971,94
Equipamento Básico	35 300,66	0,00	35 300,66	39 613,72	0,00	39 613,72
Equipamento de transporte	14 905,89	0,00	14 905,89	6 100,28	0,00	6 100,28
Equipamento Administrativo	6 018,44	0,00	6 018,44	8 237,64	0,00	8 237,64
Outros Activos Fixos Tangíveis	18 834,40	0,00	18 834,40	19 110,17	0,00	19 110,17
Total	113 670,69	0,00	113 670,69	111 033,75	0,00	111 033,75

5. Ativos intangíveis

Durante o exercício de 2016, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

	Direitos de utilização	Propriedade industrial	Outros	Total
Quantia inicial: com vida útil finita	30 000,00	150,00	6 022,50	36 172,50
Quantia inicial: com vida útil indefinida	-	-	-	-
Depreciações acumuladas iniciais	(8 250,00)	-	(6 022,55)	(14 272,55)
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-
Quantia escriturada líquida inicial	21 750,00	150,00	(0,05)	21 899,95
Adições				
Outras	-	-	0,05	0,05
Total das adições	-	-	0,05	0,05
Diminuições				
Depreciações	(1 500,00)	-	-	(1 500,00)

Total das diminuições	(1 500,00)	-	-	(1 500,00)
Quantia escriturada líquida final	20 250,00	150,00	-	20 400,00

	2016			2015		
	Gastos	Reversão	Total	Gastos	Reversão	Total
Activos Intangíveis						
Fee Fração C-Edifício Norte e Pavilhão Desportivo	999,96	0,00	999,96	999,96	0,00	999,96
Fee Pólo Alhos Vedros	500,04	0,00	500,04	500,04	0,00	500,04
Desenvolvimento Site Yunit	0,00	0,00	0,00	376,41	0,00	376,41
Total	1 500,00	0,00	1 500,00	1 876,41	0,00	1 876,41

Os ativos intangíveis reconhecidos respeitam a direitos de utilização dos imóveis Fração "C" – Edifício Norte e Pavilhão Desportivo, no nosso campus escolar e o Pólo de Alhos Vedros.

6. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

No exercício de 2016, considerando a participação de 80% do capital da Topchoice, Lda., foi aplicado o método de equivalência patrimonial, pelo que a participação foi valorizada pelos resultados dessa sociedade, assim sendo, correspondendo a 625 414,50€.

A aplicação deste método é fundamental uma vez que o efetivo valor da participada não refletia o seu justo valor. Foi desenvolvida uma auditoria externa independente à empresa por uma SROC que suportou o justo valor da empresa que suportou a indexação da participação pela percentagem dos direitos de voto que a Orsifor, S.A. detém na Topchoice, Lda.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2016, o movimento ocorrido nas rubricas Partes de capital, foi o seguinte:

Partes de capital	2015	Aquisições	Alienações	Variação nos resultados	Variação nos capitais próprios	2016
Topchoice, Lda.	600 452	-	-	38 051	(13 088)	625 415
	600 452	-	-	38 051	(13 088)	625 415

Capital Próprio em 31-Dez-2016

Investimentos em empresas associadas	Sede	Capital Próprio em 31-Dez-2016	% participação	Partes de capital	Provisões	2016
Topchoice, Lda.	Moita	50 000	80,00%	625 415	-	625 415
				625 415	-	625 415

7. Outros Investimentos Financeiros – Participações financeiras (outros métodos)

No exercício de 2016, a rubrica de Outros Investimentos Financeiros, além do previsto na nota 9 do presente anexo, inclui as participações financeiras por outros métodos, que têm a seguinte composição:

	2016	2015
Living Delight, Lda	2 500,00	2 500,00
IFA, Lda	3 875,00	3 875,00
Centuris, CRL	250,00	250,00
Colégio Corte Real, CRL	3 500,00	3 500,00
Iconlife, Lda	0,00	8 400,00
Creative Moments, Lda	2 500,00	2 500,00
	12 625,00	21 025,00

8. Créditos a receber e outros créditos a receber

Em 2016, a rubrica **Créditos a receber** inclui, além do mencionado nas notas 13 e 15, os saldos relacionados com o montante de 1.250.000,00€ corresponde ao montante entregue pela Orsifor, S.A. à Topchoice, Lda. para subscrição de aumento de capital a realizar nesta sociedade.

Quanto aos **outros créditos a receber**, inclui os saldos relacionados com acionistas – os quais podem ser sintetizados no quadro infra:

Activo	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Outra Operações	1 250 000,00	26 257,57	1 250 000,00	13 169,11
Total	1 250 000,00	26 257,57	1 250 000,00	13 169,11

Passivo	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Outra Operações	0,00	0,00		0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

9. Outros Investimentos Financeiros

Além do mencionado na nota 7, a rubrica Outros Investimentos Financeiros, contempla, em 31 de Dezembro de 2016, os investimentos nas seguintes entidades:

	2016			2015		
	Custo de aquisição	Perdas por imparidade acumuladas	Valor Actual	Custo de aquisição	Perdas por imparidade acumuladas	Valor Actual
Acções Empresa Lisgarante	2 500,00	0,00	2 500,00	2 500,00	0,00	2 500,00
CCAM, Crl	1 000,00	0,00	1 000,00	1 000,00	0,00	1 000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	1 500,00	0,00	1 500,00
Cx Económica MG	0,00	0,00	0,00	4 394,17	-1 382,59	3 011,58
Total	3 500,00	0,00	3 500,00	9 394,17	-1 382,59	8 011,58

10. Ativos e passivos por impostos diferidos

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 2015 de acordo com as diferenças temporárias que o gerem é como segue:

	2016		2015	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo em 01.01.2016	3 130,00	215 431,78	3 130,00	244 664,72
Efeitos na demonstração dos resultados:				
Outros efeitos	-	-	-	-
Total de efeitos na demonstração dos resultados	-	-	-	-
Efeitos em capitais próprios:				
Outros efeitos	-	(4 289,78)	-	(29 232,94)
Saldo em 31.12.2016	3 130,00	211 142,00	3 130,00	215 431,78

11. Custos das vendas/Movimentos em inventários

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica Inventários apresenta a seguinte composição:

	2016			2015		
	Mercadorias	Matérias-primas	Total	Mercadorias	Matérias-primas	Total
Inventários iniciais	2 681,34	889,12	3 570,46	1 289,51	1 558,48	2 847,99
Compras	10 680,70	113 732,63	124 413,33	13 322,57	105 482,18	118 804,75
Reclassificação e regularização de inventários	(131,57)	(481,75)	(619,32)	-	(969,34)	(969,34)
Inventários finais	2 200,44	1 249,58	3 450,02	2 681,34	889,12	3 570,46
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11 030,03	112 884,42	123 914,45	11 930,74	105 182,20	117 112,94

Verifica-se que em 2015, comparativamente com o exercício anterior, que o inventário foi ligeiramente inferior.

O inventário é realizado uma vez ao ano, a 31 de Dezembro, para confirmação da valorização das existências. O critério de valorização das existências é o FIFO – “First in first out”.

12. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica Clientes tinha a seguinte composição:

	2016			2015		
	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia escriturada líquida
A receber						
<90 dias	15 301,86	0,00	15 301,86	12 332,22	0,00	12 332,22
90 - 180 dias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
180-360 dias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
>360 dias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	15 301,86	0,00	15 301,86	12 332,22	0,00	12 332,22

13. Outros créditos a receber - Adiantamentos a fornecedores

Na rubrica de Outros créditos a receber, além do mencionado nas notas 8 e 15, estão incluídos valores relacionados com adiantamentos a fornecedores encontram-se desdobrados da seguinte forma:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Outros	10 777,16	2 928,16
LótusAtlântico, Lda.	9 085,00	9 085,00
Imoengior, Lda	20 145,31	13 745,11
Iconlife, Lda.	131 981,21	142 888,80
Total	<u>171 988,68</u>	<u>168 647,07</u>

14. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2016, e comparativamente a 2015, a rubrica Estado e outros entes públicos no ativo e no passivo apresentava os seguintes saldos:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Activo		
Imposto s/ Rendimento	4 440,68	4 918,62
Retenção de Imposto s/ Rendimento	112,65	225,83
Imposto s/ Valor Acrescentado	2 320,37	2 320,37
Contribuições p/ a Segurança Social	0,00	2 222,81
Total	<u>6 873,70</u>	<u>9 687,63</u>

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Passivo		
Imposto s/ Rendimento	0,00	2 701,43
Retenção de Imposto s/ Rendimento	7 305,33	12 615,14
Imposto s/ Valor Acrescentado	2 835,22	550,93
Contribuições p/ a Segurança Social	434 754,73	391 924,48
Outros	27 985,00	7 880,22
Total	<u>472 880,28</u>	<u>415 672,20</u>

15. Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica Outros Créditos a receber, além do mencionado nas notas 8 e 13, contempla ainda os seguintes saldos:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Activo Corrente		
Pessoal	2 333,22	4 476,56
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	216 925,38	102 522,20
Outros	<u>1 578 203,09</u>	<u>1 360 906,79</u>
Total	<u>1 797 461,69</u>	<u>1 467 905,55</u>

16. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 2015 os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

Acréscimos	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Devedores por Acréscimos		
Subsídio POPH	0,00	0,00
Subsídio AEC's	140 396,94	79 557,72
Subsídio CLDS 3G	19 250,00	0,00
EDP	0,00	1 041,80
Rendas	34 500,00	21 000,00
Seguros	0,00	497,33
Outros devedores por Acréscimos	<u>22 353,09</u>	<u>425,35</u>
Total	<u>216 925,38</u>	<u>102 522,20</u>

Credores por Acréscimos	2016	2015
Remunerações a Liquidar	87 041,69	82 092,81
Honorários	30 847,14	32 473,77
EDP	2 943,20	3 423,18
Condomínio	36 265,20	18 132,60
Cedência de Pessoal	56 777,51	33 246,58
IMI	4 490,50	4 507,27
Juros e despesas bancárias	156,07	1 069,56
Pontes & Batista	922,50	922,50
Comunicação	276,80	372,97
Rendas e Alugueres	28 500,00	30 297,16
Seguros	895,14	1 467,42
Outros credores por acréscimos	5 789,07	12 569,82
Total	254 904,82	220 575,64

Diferimentos

Gastos a Reconhecer	2016	2015
Seguros	8 231,32	7 345,70
Contratos Assistência	1 829,24	3 006,66
Juros	0,00	0,00
Outros gastos a reconhecer	15 454,90	6 179,25
Total	25 515,46	16 531,61

Rendimentos a Reconhecer	2016	2015
Subsídio de cursos	819 131,13	633 081,63
Outros rendimentos a reconhecer	581,69	63 263,29
Total	819 712,82	696 344,92

Realça-se que a maior parte do montante dos diferimentos, cerca de 819 mil euros, corresponde à faturação antecipada para cessão no âmbito do contrato de factoring outorgado com a CLF, relativo aos contratos-programa dos cursos profissionais.

17. Ativos financeiros detidos para negociação

Em 31 de Dezembro de 2016, esta rubrica apresentava:

	Fundos MG	CX OBR MAIS	Fundos RR(CA)	Fundos BP	Total
Saldo (justo valor) a 1 de Janeiro	1 003,48	44 886,01	150,01	978,02	47 017,52
Aquisições no período	23 999,85	2 000,00	0,00	0,00	25 999,85
Alienações no período	8 000,00	2 000,32	0,00	0,00	10 000,32
Varição do Justo valor	71,62	792,79	3,37	12,18	879,96
Saldo a 31 Dezembro	17 074,95	45 678,48	153,38	990,20	63 897,01

18. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 os saldos desta rubrica apresentam-se como segue:

	2016	2015
Caixa	2 230,63	2 125,15
Depósitos à Ordem	4 682,50	3 063,51
Depósitos a Prazo	42 859,47	40 071,50
	49 772,60	45 260,16

19. Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2016 o capital da Orsifor, totalmente subscrito e realizado, era composto por 50 milhões de ações com o valor nominal de 0,01€ cada.

	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Live Moments, Lda	230 144,23	46,0%	230 144,23	46,0%
Topchoice, Lda	178 919,64	35,8%	178 919,64	35,8%
Sílvia Canastra Simões dos Santos	47 433,88	9,5%	47 433,88	9,5%
Diana Sofia Canastra Simões dos Santos	31 246,90	6,25%	30 859,93	6,2%
Alexandre José Soares Oliveira	3 148,93	0,63%	3 148,93	0,63%
Guilherme Magalhães Rocha	2 883,61	0,58%	2 883,61	0,58%
Outros Colaboradores	1 234,81	0,24%	1 621,78	0,32%
Outros Acionistas coletivos	4 988,00	1,0%	4 988,00	1,0%
	500 000,00	100,0%	500 000,00	100,0%

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital, em 31 de Dezembro de 2016:

- Live Moments, Lda., com 46% do capital social.
- Topchoice, Lda, com 35,8% do capital social.

20. Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5%, do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

	2016	2015
Reserva Legal	5 145,01	4 077,72
Reserva Livre	0,00	0,00
	5 145,01	4 077,72

21. Resultados transitados

Os valores constantes no Balanço apresentam resultados transitados positivos de 195.753,13€ após a distribuição de resultados referentes ao exercício de 2015, esta rubrica ficará positiva em 230.807,51€ no ano de 2016.

22. Outras variações no capital próprio, ajustamentos de transição

Esta rubrica regista um valor de 6.153,86€ decorrente do ajustamento de transição originado pela adoção do MEP na valorização da participação no capital da Topchoice, Lda.

23. Excedente de revalorização

No exercício de 2016, fruto das revalorizações livres realizadas sobre os imóveis das frações "A", "E" e "F" foi criado um excedente.

No ano de 2016, esta rubrica é composta dos seguintes montantes:

	Revalorizações Legais	Revalorizações Livres	Imposto Diferido	Valor líquido
Fração "E"	0,00	204 886,35	46 922,65	158 786,92
Fração "A"	0,00	218 686,34	49 204,43	169 481,91
Fração "F"	0,00	514 836,18	115 838,14	398 998,04
	0,00	938 408,87	215 431,78	727 266,87

24. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 os saldos desta rubrica apresentam-se como segue:

Financiamentos	2016	2015
Descobertos Bancários	12 361,31	78 115,51
Empréstimos Bancários	1 784 177,55	1 647 856,92
Participantes de Capital	104 459,47	112 552,52
Locações	106 192,41	81 338,69
Total	2 007 190,74	1 919 863,64

Verifica-se que o passivo não corrente aumentou em cerca de 59 mil euros, enquanto o passivo corrente aumentou em cerca de 29 mil euros no que concerne ao financiamento bancário.

Passivo Não Corrente	2016	2015
Empréstimos Bancários	270 595,90	228 381,99
Locações	80 233,88	63 759,41
Subtotal	350 829,78	292 141,40
Passivo Corrente	2016	2015
Descobertos Bancários	12 361,31	78 115,51
Participantes de Capital	104 459,47	112 552,52
Empréstimos Bancários	1 513 581,65	1 419 474,93
Locações	25 958,53	17 579,28
Subtotal	1 656 360,96	1 627 722,24
Total	2 007 190,74	1 919 863,64

25. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica Outras contas a pagar não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

Passivo	2016	2015
Corrente		
Pessoal	1 814,12	23 587,75
Credores por acréscimos de gastos	254 904,82	220 575,64

Fornecedores de Investimentos	8 959,20	4 250,52
Outros	374 970,58	395 446,23
Subtotal	640 648,72	643 860,14

26. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 foi o seguinte:

	2016					2015				
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Total do Ano	Saldo Final	Saldo inicial	Aumento	Redução	Total do Ano	Saldo Final
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 409,39	0,00	-3 409,39	-3 409,39	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 409,39	0,00	-3 409,39	-3 409,39	0,00

27. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2016 as dívidas a fornecedores tinham a seguinte distribuição:

	2016	2015
A pagar		
< 90 dias	276 716,81	143 447,36
90 - 180 dias	0	0
> 180 dias	0,00	0,00
Total	276 716,81	143 447,36
Gastos / Rendimentos	2016	2015
Vendas	53 865,93	64 145,75
Prestação de serviços	222 850,88	79 301,61
Total	276 716,81	143 447,36

28. Locações

Em 31 de Dezembro de 2016, a Empresa utiliza os seguintes bens adquiridos em locação financeira:

Locações	2016	2015
	Valor	Valor
A menos de 1 ano	25 958,53	17 579,28
A mais de 1 ano e a menos de 5 anos	80 233,88	63 759,41
A mais de 5 anos	0,00	0,00
Total	106 192,41	81 338,69

No exercício de 2016, os bens em locação financeira correspondem à fração "A" - Edifício Novas Oportunidades e ao novo veículo para transporte de passageiros, adquirido no final de 2015.

29. Adiantamentos de clientes

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica de adiantamentos de clientes, totalizava o montante de 655,74€, distribuído da seguinte forma:

	2016	2015
C/C alunos subsidiados	0,00	0,00
C/C alunos manuais	1 209,09	655,74
Total	1 209,09	655,74

30. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2016 e 2015 foram como segue:

	2016			2015		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de bens	124 405,89	0,00	124 405,89	112 150,96	0,00	112 150,96
Prestações de serviços	1 661 416,02	0,00	1 661 416,02	1 577 624,29	0,00	1 577 624,29
Total	1 785 821,91	0,00	1 785 821,91	1 689 775,25	0,00	1 689 775,25

31. Segmentos de mercado

Contrato Programa 8 (Ciclo de Formação 2013/2016)

Curso	Turmas	Ano Lectivo	2013	2014	2015	2016	
Técnico de Restauração	2	187 948,00	75 179,20	187 948,00	187 948,00	112 768,80	563 844,00
Técnico de Energias Renováveis	1	93 974,00	37 589,60	93 974,00	93 974,00	56 384,40	281 922,00
Técnico de Organização Eventos	1	87 258,00	34 903,20	87 258,00	87 258,00	52 354,80	261 774,00
Técnico de Prod. Agrária	1	93 974,00	37 589,60	93 974,00	92 722,27	54 506,80	278 792,67
		463 154,00	185 261,60	463 154,00	461 902,27	276 014,80	1 386 332,67

Contrato Programa 9 (Ciclo de Formação 2014/2017)

Curso	Turmas	Ano Lectivo	2014	2015	2016	2017	
Técnico de Restauração Rest - Bar	1	93 974,00	37 589,60	93 974,00	93 974,00	56 384,40	281 922,00
Técnico de Restauração e Cozinha-Past II	1	93 974,00	37 589,60	93 974,00	93 974,00	56 384,40	281 922,00
Técnico de Energias Renováveis	1	93 974,00	37 589,60	92 722,27	90 844,67	54 506,80	275 663,34
Técnico de Prod. Agrária	1	93 974,00	37 589,60	93 974,00	93 974,00	56 384,40	281 922,00
Técnico Auxiliar de Saúde	1	81 890,00	32 756,00	81 890,00	81 890,00	49 134,00	245 670,00
		457 786,00	183 114,40	456 534,27	454 656,67	272 794,00	1 367 099,34

Contrato Programa 10 (Ciclo de Formação 2015/2018)

Curso	Turmas	Ano Lectivo	2015	2016	2017	2018	
Técnico Auxiliar de Saúde	1	81 890,00	32 756,00	81 890,00	81 890,00	49 134,00	245 670,00
Técnico de Organização Eventos	1	39 266,10	15 706,44	39 266,10	39 266,10	23 559,66	117 798,30
Técnico de Prod. Agrária	1	46 987,00	18 794,80	46 987,00	46 987,00	28 192,20	140 961,00
Técnico de Energias Renováveis	1	46 987,00	18 794,80	46 987,00	46 987,00	28 192,20	140 961,00
Técnico de Restauração Rest - Bar	1	93 974,00	37 589,60	93 974,00	93 974,00	56 384,40	281 922,00
Técnico de Restauração e Cozinha-Past I	1	93 974,00	37 589,60	93 974,00	93 974,00	56 384,40	281 922,00
Técnico de Restauração e Cozinha-Past II	1	93 974,00	37 589,60	93 974,00	93 974,00	56 384,40	281 922,00
		497 052,10	198 820,84	497 052,10	497 052,10	298 231,26	1 491 156,30

Contrato Programa 11 (Ciclo de Formação 2016/2019)

Curso	Turmas	Ano Lectivo	2016	2017	2018	2019	
Técnico Auxiliar de Saúde	1	81 890,00	32 756,00	81 890,00	81 890,00	49 134,00	245 670,00
Técnico de Restauração Rest-Bar	1	93 974,00	37 589,60	93 974,00	93 974,00	56 384,40	281 922,00
Técnico de Restauração e Cozinha-Past I	1	93 974,00	37 589,60	93 974,00	93 974,00	56 384,40	281 922,00
Técnico de Restauração e Cozinha-Past II	1	93 974,00	37 589,60	93 974,00	93 974,00	56 384,40	281 922,00
Técnico de Apoio à Infância	1	76 076,00	30 430,40	76 076,00	76 076,00	45 645,60	228 228,00
Técnico de Prod. Agrária	1	93 974,00	37 589,60	93 974,00	93 974,00	56 384,40	281 922,00
		533 862,00	213 544,80	533 862,00	533 862,00	320 317,20	1 601 586,00

<u>Ciclo Formação 2015/2017</u>	Turmas	Ano Lectivo				
		2015	2016	2017		
Curso Vocacional de Soldadura	1	69 927,00	27 970,80	69 927,00	41 956,20	139 854,00
		69 927,00	27 970,80	69 927,00	41 956,20	139 854,00

<u>Ciclo Formação 2016/2018</u>	Turmas	Ano Lectivo				
		2016	2017	2018		
Curso Vocacional de Soldadura	1	69 927,00	27 970,80	69 927,00	41 956,20	139 854,00
		69 927,00	27 970,80	69 927,00	41 956,20	139 854,00

Total Rendimentos Cursos 2016	1 539 166,17
Atividades de Enriquecimento Curricular	60 839,22
Outras Prestações Serviços	61 410,63

32. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2016 e 2015 a Orsifor reconheceu os rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	2016	2015
PROGRAMA	Quantia reconhecida em resultados	Quantia reconhecida em resultados
DGEstE (subsídio à Exploração)	3 309,54	2 982,54
Agência Nacional Erasmus+	0,00	26 284,33
Estímulos IEFP	5 609,49	8 513,99
Total	8 918,73	37 780,86

33. Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

O montante de 38.051,29 euros corresponde à percentagem de participação nos resultados da participada Topchoice, Lda., no exercício de 2016.

34. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 é a seguinte:

	2016	2015
Serviços Especializados	299 214,08	262 629,65
Materiais	55 102,01	61 622,04
Energia e Flúidos	47 464,75	51 383,97
Deslocações, Estadas e Transportes	7 834,72	61 004,77
Serviços Diversos	244 178,26	246 226,75
Total	653 793,82	682 867,18

35. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 é a seguinte:

Gastos com Pessoal	2016	2015
		reexpresso
Remunerações dos Órgãos Sociais	55 220,60	59 510,22
Remunerações do Pessoal	586 396,24	551 312,91
Indemnizações	0,00	462,74
Encargos sobre Remunerações	142 098,90	134 306,24
Seguros de Acidentes de Trabalho	6 694,54	5 635,05
Outros Gastos com o Pessoal	94 761,56	30 224,69
Duodécimos de Remunerações a Liquidar	(81 998,60)	(77 640,41)
Total	803 173,24	703 811,44

O número médio de colaboradores da Orsifor, no exercício de 2016, foi de 46.

Salienta-se que destes colaboradores, 6 não têm vínculo direto com a Orsifor, S.A., no entanto, estiveram a desempenhar funções neste exercício à Orsifor, estando reconhecidos esses gastos por cedência de pessoal. Estes colaboradores desenvolvem a componente técnica dos cursos profissionais, que por incremento do número de turmas, corresponde a um incremento significativo na rubrica – Outros gastos com o pessoal e encargos sobre remunerações.

Quanto aos órgãos sociais remunerados são apenas os dois membros do Conselho de Administração, mas em exercícios anteriores apenas estava contabilizada a remuneração correspondente ao cargo da altura – Administradora única. Neste momento, sendo um Conselho de Administração, com dois elementos, não fazia sentido apresentar apenas essa remuneração, pelo que o comparativo com 2015 foi reexpresso no quadro anterior.

36. Remuneração dos órgãos sociais

No presente exercício, existiu uma recondução dos órgãos sociais da sociedade, tendo sido reeleitos os dois membros do Conselho de Administração, a Assembleia Geral, bem como o Fiscal Único e suplente, para o quadriénio 2015/2018. Recorde-se que a remuneração dos órgãos de Administração e Fiscalização se mantém inalterada, de acordo com a deliberação em Assembleia Geral Extraordinária de 4 de Janeiro de 2008.

Com o titular do órgão de Fiscal Único, ocupado pela Dr.^a Daniela Monteiro, em representação da sociedade Pontes, Batista & Associados, SROC, foi renovado contrato relativo ao processo de Certificação de Contas.

Remunerações dos Órgãos Sociais	2016	2015
		reexpresso
Remunerações dos Órgãos Sociais	55 220,60	59 510,22
Fiscal Único	3 690,00	3 690,00
Total	58 910,60	63 200,22

A remuneração dos órgãos sociais em 2016, comparativamente com 2015 foi menor, pois a Presidente do Conselho de Administração esteve de licença por maternidade no último trimestre do ano.

Tal como mencionado na nota anterior, a 35, o ano 2015 foi reexpresso para comparativo com 2016.

37. Aumento /redução de justo valor

Em 31 de Dezembro de 2016, os movimentos desta rubrica são os seguintes:

	2016			2015		
	Aumento	Redução	Total	Aumento	Redução	Total
Em Instrumentos Financeiros	-	(264,65)	(264,65)	-	(1 072,31)	(1 072,31)
Total	-	(264,65)	(264,65)	-	(1 072,31)	(1 072,31)

38. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e, comparativamente ao exercício de 2015, foram como segue:

	2016	2015
Rendimentos Suplementares	32 706,28	50 535,66
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	996,12	477,45
Rendimentos e Ganhos nos restantes Activos Financeiros	0,00	391,18
Rendimentos e Ganhos em Investimentos não Financeiros	0,00	36 750,00
Outros Rendimentos e Ganhos	75 362,65	24 850,62
Total	109 683,05	113 004,91

39. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e, comparativamente a 2015, foram como segue:

	2016	2015
Impostos	8 115,19	8 881,33
Perdas em Inventários	619,32	969,34
Gastos e Perdas em Investimentos não Financeiros	1 805,76	444,80
Outros Gastos e Perdas	24 131,24	82 701,93
Outros Gastos e Perdas	41 120,17	68 772,32
Total	75 791,68	161 769,72

40. Resultados financeiros

Em 2016, verificou-se a necessidade de aumentar o financiamento, por um lado para responder aos atrasos verificados pelos contratos-programa com o Ministério da Educação, e por outro lado, de forma a realizar alguns investimentos em AFT sem sacrificar a tesouraria, destacando-se a aquisição de um autocarro que cumpre os requisitos para o transporte de crianças e jovens até aos 16 anos (faixa etária onde os jovens do ensino profissional pertencem). Salienta-se então a importância e o envolvimento dos parceiros financeiros.

	2016	2015
Juros de Financiamentos Obtidos	97 656,50	40 582,60
Outros Gastos - Financiamentos	26 617,49	45 165,15
Juros Obtidos	-	(58,57)
Total	124 273,99	85 689,18

41. Partes relacionadas

41.1 Relacionamentos com empresas-mãe:

a) Nome da empresa-mãe imediata: Live Moments – Development Cooperation SGPS, Lda.

41.2 Remunerações do pessoal chave da gestão:

São dois os membros que constituem o Conselho de Administração da sociedade.

a) Total de remunerações: 55 220,60€

41.3 Transações entre partes relacionadas

- a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas: As partes relacionadas são maioritariamente associadas da Orsifor e da Live Moments, excetuado duas (Woodinspiration e Iconlife) que o pessoal chave da gestão é o mesmo da Orsifor.

Nos quadros infra estão refletidas as transações e saldos com partes relacionadas em 2016 e seu comparativo com 2015.

	2016				
	Compra de serviços	Prestação de serviços	Transferências efetuadas	Transferências recebidas	Realização capital
Colégio Corte Real, CRL	40 509,78	82 340,88	596 909,25	345 071,98	0,00
Living Delight - Mediação Imobiliária, Lda	33 162,52	0,00	167 782,54	12 723,87	0,00
Creative Moments, Lda	7 356,20	0,00	167 537,98	9 660,00	0,00
Instituto de Formação Avançada, Lda	0,00	1 500,00	37 463,96	11 505,00	0,00
Woodinspiration, Lda	0,00	1 500,00	45 302,29	1 575,00	0,00
Condomínio Parque Empresas	18 138,60	0,00	59 690,27	910,00	0,00
Iconlife, Lda.	0,00	0,00	38 822,58	37 675,17	0,00
Topchoice, Lda	245 341,85	24 322,13	196 424,63	116 960,01	0,00
Live Moments, Lda	0,00	0,00	28 661,10	20 568,05	0,00
	344 508,95	109 663,01	1 338 594,60	556 649,08	0,00

	2015				
	Compra de serviços	Prestação de serviços	Transferências efetuadas	Transferências recebidas	Realização capital
Colégio Corte Real, CRL	20 696,05	72 462,08	426 392,70	676 985,87	0,00
Living Delight - - Marketing e Pub., Lda	10 948,79	0,00	59 507,48	24 353,00	0,00
Creative Moments, Lda	0,00	0,00	55 940,50	18 500,00	0,00
Instituto de Formação Avançada, Lda	6 583,25	2 000,00	13 482,80	3 750,00	0,00
Woodinspiration, Lda	506,00	1 500,00	45 066,88	1 340,00	0,00
Condomínio Parque Empresas	0,00	8 750,07	47 863,08	0,00	0,00
Iconlife, Lda.	0,00	0,00	54 516,00	11 250,00	0,00
Topchoice, Lda	188 724,50	21 026,14	129 042,58	112 335,00	0,00
Live Moments, Lda	0,00	0,00	35 334,00	32 550,00	0,00
	227 458,59	105 738,29	867 146,02	881 063,87	0,00

Saldos com partes relacionadas

	Contas a receber		Contas a pagar	
	2016	2015	2016	2015
Colégio Corte Real, CRL	0,00	18 397,03	352 026,20	369 626,61
Living Delight - Marketing e Pub., Lda	119 110,13	73 848,60	0,00	0,00
Creative Moments, Lda	93 721,32	46 646,99	7 248,50	7 745,00
Instituto de Formação Avançada, Lda	41 630,94	15 360,02	0,00	1 674,02
Woodinspiration, Lda	114 296,74	69 069,45	0,00	0,00
Condomínio Parque Empresas	66 884,04	45 335,54	0,00	0,00
Iconlife, Lda.	145 966,21	144 838,80	2 257,13	2 277,13
Topchoice, Lda	1 276 257,57	1 250 000,00	192 265,48	30 702,12
Live Moments, Lda	0,00	0,00	104 459,47	112 552,52
	1 857 866,95	1 663 496,43	658 256,78	524 577,40

Saldos com Administradores

	Contas a receber		Contas a pagar	
	2016	2015	2016	2015
Diana Santos				
Pessoal	0,00	0,00	280,30	1 701,88
Adiantamentos	0,00	3 375,00	0,00	0,00
Suprimentos	0,00	0,00	309,39	342,22
	0,00	3 375,00	589,69	2 044,10
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2016	2015	2016	2015
Alexandre Oliveira				
Pessoal	0,00	0,00	256,99	1 771,44
Adiantamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Suprimentos	0,00	9 831,99	13 200,28	0,00
	0,00	9 831,99	13 457,27	1 771,44

42. Imposto sobre o rendimento e resultado líquido do período

O resultado líquido do período foi de 40.818,67€.

Neste exercício foi apurada a liquidação de imposto sobre o rendimento, conforme demonstração infra:

31/dez/16		Orsifor, SA		
Descrição		31/dez/16	30/dez/16	Δ 2016/ 2015
Q	<u>Apuramento do Lucro Tributável</u>			
7	Resultado líquido do período	40 818,67	-	40 818,67
	SOMA (701 + 702 + 703 - 704 - 705 + 706 - 707)	40 818,67	-	40 818,67
	Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º2)	4 830,27	-	4 830,27
	Despesas não documentadas (art.º. 23.º-A, n.º 1, al. b))	1 805,76	-	1 805,76
	IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	9 563,57	-	9 563,57
	Multas, coimas e demais encargos, incluindo juros compensatórios e moratórios, pela prática de infrações (art.º 23.º -A, n.º 1, al. e)]	15 705,18	-	15 705,18
	Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.ºs 62.º e 62.º-A do EBF)	-	-	-
	SOMA (campos 708 a 752)	72 723,45	-	72 723,45
	Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial e do método de consolidação proporcional no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC (art.º 18.º, n.º 8)	-	-	-
A ACRESCER	Impostos diferidos [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	4 289,78	-	4 289,78
	Benefícios fiscais	-	-	-
	SOMA (campos 754 a 775)	4 289,78	-	4 289,78
	PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 776 > 753) (A transportar para o Quadro 09)	0,00	0,00	0,00
	LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 753 >= 776) (A transportar para o Quadro 09)	68 433,67	0,00	68 433,67
Q	<u>Apuramento da Matéria Coletável</u>			
9	1. PREJUÍZO FISCAL	0,00	0,00	0,00
	2. LUCRO TRIBUTÁVEL	68 433,67	0,00	68 433,67

PREJUÍZOS FISCAIS		2013		
		39 355,97		39 355,97
3. DEDUÇÕES :				
	Prejuízos fiscais dedutíveis	39 355,97	0,00	39 355,97
4. MATÉRIA COLETÁVEL (2-3)				
		29 077,70	0,00	29 077,70
<hr/>				
Q	Cálculo do Imposto			
10	A empresa é uma PME? S			
	Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 2, 1.ºs 15.000,00 de matéria coletável das PME) (c. 311 do q.09 da m22 ou c. 42 do anexo E) x 17%	17,0%		
	Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 1) (c. 311 do q.09 da m22 ou c. 42 do anexo E) x 23%	23,0%	25,0%	
	Imposto à taxa normal	5 506,32	0,00	5 506,32
	COLECTA (347 + 349 + 350 + 370)	5 506,32	0,00	5 506,32
	Derrama estadual (art.º 87º-A)	0,00	0,00	0,00
	COLECTA TOTAL (351 + 373)	5 506,32	0,00	5 506,32
	Pagamento especial por conta (art.º 93.º)	5 506,32	-	5 506,32
	TOTAL DAS DEDUÇÕES (353 + 375 + 355 + 356) ≤ 378	5 506,32	0,00	5 506,32
	TOTAL DO IRC LIQUIDADO (378 - 357) ≥ 0	0,00	0,00	0,00
	Retenções na fonte	59,36	-	59,36
	Pagamentos por conta (art.º 105º)	-	-	-
	IRC A PAGAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) > 0	0,00	0,00	0,00
	IRC A RECUPERAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) < 0	-59,36	0,00	-59,36
	Taxa de derrama	1,5%	1,5%	0,00
	Derrama municipal (% sobre lucro tributável)	1 026,51	0,00	1 026,51
ba	Quantias sujeitas a tributação autónoma			
	Desp. não documentadas	1 805,76		1 805,76
	No caso de viaturas com um custo de aquisição inferior a 25.000 euros	10 327,64		
	No caso de viaturas com um custo de aquisição igual ou superior a 25.000 euros e inferior a 35.000 euros	1 013,89		
	Desp. de representação	5 801,10		5 801,10
	Ajudas de custo e kms não faturados a clientes	4 723,39		4 723,39
	Quantias de tributação autónoma (detalhar em mapa apropriado)			
	Desp. não documentadas	902,88		902,88
	No caso de viaturas com um custo de aquisição inferior a 25.000 euros	1 032,76		1 032,76
	No caso de viaturas com um custo de aquisição igual ou superior a 25.000 euros e inferior a 35.000 euros	278,82		278,82
	Desp. de representação	580,11		580,11
	Ajudas de custo e kms não faturados a clientes	236,17		236,17
	Tributações Autónomas	3 030,74	0,00	3 030,74
	TOTAL A PAGAR [361 ou (- 362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] > 0	3 997,89	0,00	3 997,89
	TOTAL A RECUPERAR [(- 362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] < 0	0,00	0,00	0,00
	Encargo de imposto a contabilizar [8121/241]	9 563,57	0,00	9 563,57

43. Divulgação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras tiveram autorização para sua emissão em 24 de janeiro de 2018.

44. Outras informações

44.1 A proposta de aplicação de resultados

A Orsifor – Centro Formação Profissional da Moita, S.A., no período económico findo em 31 de Dezembro de 2016 realizou um resultado líquido de 40.818,67€.

Importa salientar que parte deste montante não é resultado líquido distribuível, uma vez que o efeito causado pela aplicação do MEP é de 38.051,29€. Assim, foi proposto efetuar uma reserva legal de 5% sobre o resultado líquido do período.

A proposta de aplicação de resultados é a seguinte:

<i>Aplicação dos resultados</i>	<i>Reservas Legais</i>	<i>Resultados Transitados</i>
2016	2.040,94€	40.818,67€

Tendo por base os valores dos resultados do exercício:

Resultado Líquido Período	40.818,67€
Anulação efeito MEP	38.051,29€
Resultado Líquido Distribuível	2.767,38€
Resultado Líquido Não Distribuível	38.051,29€

Transferência para uma conta de Resultados Transitados distribuíveis	2.767,38€
Transferência para uma conta de Resultados Transitados não distribuíveis	38.051,29€
Reserva Legal (40.818,67*5%)	2.040,94€

Moita, 24 de janeiro de 2018

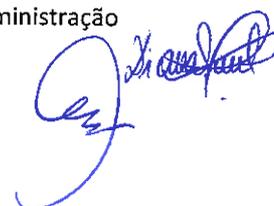
A Contabilista Certificada

Dina Domingos



O Conselho de Administração

Diana Santos
Alexandre Oliveira



II – Certificação Legal das Contas e Parecer do Fiscal Único

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016



Sérgio Pontes
Luís Baptista
Daniela Monteiro
Paula Garcia
José Penacho
Carlos Rodrigues
Sérgio Ramos
Pedro Confraria

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Orsifor - Centro Formação Profissional da Moita S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 5.939.692 euros e um total de capital próprio de 1.510.192 euros, incluindo um resultado líquido de 40.819 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos pontos 1 a 5 da seção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Orsifor - Centro Formação Profissional da Moita S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Os resultados, respetivas correções para efeitos fiscais e, bem assim a matéria coletável evidenciada nas declarações periódicas de rendimentos referentes ao período não abrangido pelo prazo de caducidade previsto na Lei Geral Tributária, não se encontram em conformidade com as respetivas quantias escrituradas, a que acrescem potenciais situações de contingência fiscal associadas à ausência de adequado suporte documental a transações efetuadas pela entidade. Considerando que as situações descritas poderão assumir relevância material, não estamos em condições de nos pronunciar, e não nos pronunciamos, acerca de provisões e contingências
2. Não foram reconhecidos juros referentes às contribuições e cotizações relativos às dívidas à Segurança Social não pagas dentro do prazo legal (no valor total de 409 mil euros), incluindo as que se encontram ao abrigo de plano de pagamentos, estando em causa a integralidade dos gastos e do passivo. Os elementos disponíveis não nos permitiram quantificar com fiabilidade a quantia em causa.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver contiuio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 25 de janeiro de 2018

PONTES, BAPTISTA & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por


Daniela Monteiro